

OS FILHOS DA ÁFRICA EM PORTUGAL

A VIDA ENTRE DOIS MUNDOS¹

*Neusa Maria Mendes de Gusmão**

*Herbert Rodrigues***

*Idenilza Moreira de Miranda***

"Eis aqui não apenas uma Nação, mas um punjante conjunto de nações numa Nação" (Walt Whitman)²

A frase de Whitman sobre a nação americana é, hoje, expressão de realidade de diversas partes do mundo e, em particular, das nações européias que formam a atual União Européia - U.E.³. Em jogo, não apenas a unidade de nações diferentes do continente europeu, mas a diversidade de cada uma frente a uma realidade que se globaliza e que estabelece regras comuns na gestão da diversidade.

Dentre as nações da U.E., Portugal é, talvez, aquela que se defronta com as multiplicidades de origens na composição da população, quer seja ela de nacionais, os chamados "lusos", ou ainda, do conjunto que aí reside, representado por "naturais" de outros países. No entanto, mais do que a questão dos imigrantes em si, presentes no mundo português, entra em linha de conta o fato consumado de uma segunda geração que, nascida em Portugal, não possui a nacionalidade portuguesa e é vista, tal como seus pais, como sendo "imigrante"; porém, se vê como "lusu-africana".

O termo luso-africano é também usado para designar uma parte da população imigrante que vive em Portugal, nascida nas ex-colônias africanas de domínio português, os PALOP⁴, parte dos luso-africanos possui nacionalidade portuguesa. Da fixação em solo português desde a mais tenra idade, resulta para estes a ausência de um projeto de regresso à terra de origem. A condição de filhos de imigrantes que vieram para Portugal a partir dos anos 60 os iguala, no cotidiano, aos filhos de imigrantes aí nascidos e ambos constituem o segmento denominado como de se-

gunda geração, os luso-africanos de origem africana ou portuguesa e, como tal, diferenciam-se do "verdadeiro imigrante".

A inserção dos luso-africanos na sociedade portuguesa mostra que existem, ainda hoje, inúmeros problemas relacionados à questão da constituição de suas identidades. Afinal, quem são? Imigrantes, estrangeiros, portugueses? A falta de uma melhor definição de suas identidades sociais e étnicas, muitas vezes os transforma em "prisioneiros da passagem". Como tais, não dominam os códigos sociais e culturais de seus países de origem, mas também não estão deles distanciados. Da mesma forma, vivem a realidade dos países de acolhimento e a dos países em que nasceram, sendo assim, portadores de duplo referencial cultural, vivendo entre duas culturas. Crianças e jovens dessa segunda geração experimentam elementos culturais do país de origem e estão muito próximos dos canais que lhes proporcionam a cultura do país em que nasceram e vivem, tais como a escola, a vizinhança, os amigos, etc. O "sincretismo de referências identitárias" (Machado, 1994, p. 125) é, então, parte constitutiva da condição de filhos de imigrantes africanos em Portugal, resultado da convivência simbiótica da cultura de origem e da cultura portuguesa e também de uma cultura internacionalizada que chega através da mídia, da música, da moda, etc. O que aqui se discute mostra de que forma o embate entre códigos culturais diversos possibilitou e possibilita outros "encaixes" nos padrões sociais vigentes e até mesmo, a criação de novos padrões. As clivagens a que estão sub-

metidos em termos de referências identitárias coincidem com o aparecimento de movimentos de afirmação social que se expressam de diferentes formas e, conduzem a uma possibilidade maior de conscientização da condição de serem luso-africanos.

Nesse sentido, Martins afirma que "a segunda geração encontra-se no dilema cultural da herança africana/crioula de seus pais e da sua integração na sociedade portuguesa" (1997, p.24). Este dilema, mais que aniquilá-los, subsumi-los, define um modo de ser, sentir e viver como produto híbrido de realidades que se conjugam e se conflitam.

As vivências marginais no espaço físico e social desse mundo português em mudança serão, então, o palco em que os imigrantes africanos e seus filhos africanos-portugueses ou portugueses-africanos de segunda geração - os luso-africanos - constroem a vida, uma vida entre dois mundos. Constroem realidades que integram uma ordem mundial de intenso trânsito e tráfego e que, por esta razão, estabelecem conquistas, explicitam contradições e revelam possibilidades de convivência e de conflito.

O que o presente artigo se pergunta é o quanto dessa capacidade de convívio de fato se realiza frente aos africanos e seus filhos e netos, os luso-africanos de segunda e terceira geração. Seria a realidade portuguesa inter-cultural e marcada como a de solidariedade inter-social? Quais as marcas e pertencimentos de sua cultura, frente ao contato entre povos, frente ao contato entre culturas diversas?

IMAGENS DA IMIGRAÇÃO

Portugal, como país de imigração (mesmo sabendo-se que as emigrações ainda superam as imigrações), atrai mais os imigrantes de países de língua portuguesa, dando a essa imigração um caráter quase que “doméstico” ou “caseiro”, como se tudo se passasse entre uma família internacional de países. Essa ideologia de uma nação portuguesa além-fronteiras, que está presente na vida dos africanos, pode ser considerada como um dos fatores que os motivam a imigrar, uma vez que acreditam que, por falarem a mesma língua, serão bem aceitos nas terras lusitanas. Entretanto, tal idéia não chega a concretizar-se, pois as diferenças quanto à cor da pele, aos costumes, vestuário, etc., pesam mais do que o fato de terem a língua oficial comum e as ligações que mantiveram num passado próximo, que é o passado colonial.

A imigração para Portugal é, em sua grande maioria, marcada por uma especificidade, pois trata-se essencialmente de comunidades emigrantes de países de Língua Portuguesa: não só dos PALOP mas também do Brasil e de outros. De acordo com Leitão⁵, “esta especialização tende a acentuar-se para além da comunidade cabo-verdiana que tem um enraizamento muito profundo na sociedade portuguesa, além da brasileira, a última regulamentação dos imigrantes em Portugal tornou visível uma presença da comunidade angolana e da comunidade guineense”.

O caso dos imigrantes africanos dos PALOP apresenta-se, portanto, como um caso específico no quadro das imigrações internacionais, pelo fato de se ter como pressuposto que as migrações se dão entre países irmãos - África e Portugal - por compartilharem de alguns costumes, de valores, da mesma língua, etc., ainda que a realidade não seja essa.

Nesse sentido, quando se pensa em emigrar, principalmente os que possuem nacionalidade portuguesa, por terem nascido num período em que a África era colônia portuguesa, pensam-se filhos de Portugal, fazendo parte da família portuguesa que ultrapassa fronteiras. Entretanto, quando estes se defrontam com a realidade em solo português, a utopia com a terra de

destino se esvai, emergindo em seu lugar uma realidade cruel, envolvida em discriminação, racismo, exploração. A sociedade que se diz, no discurso, multicultural, apresenta-se na prática, hostil à figura do imigrante, que por ser luso, isto é, luso-africano, não aceita ser enquadrado numa categoria geral de imigrante.

Entre os luso-africanos naturais e nacionais há uma diferença quanto ao grau de escolaridade e nível social: os primeiros possuem um nível de escolaridade mais elevado ao passo que os últimos são marcados pelo analfabetismo e baixo grau de capacitação. Apesar disso, ambos se inserem no setor de serviços: notadamente, na construção civil. Tais imigrantes não formam um grupo étnico coeso, pois possuem interesses divergentes que se sobrepõem à origem comum. Contudo, a inserção de ambos os grupos na sociedade portuguesa é marcada por dificuldades, que se acentuam conforme a perceptividade da diferença; isto é, quanto mais a população imigrante se destaca da sociedade envolvente devido a cor da pele, língua, religião, costumes, etc., mais frequentes são os conflitos, a rejeição. Essa hostilidade, que se manifesta no processo de inserção na sociedade receptora, torna-se visível no acesso dos imigrantes ao mercado de trabalho, à educação, à habitação.

Muitos dos africanos vivem em bairros periféricos da Grande Lisboa, em condições precárias, com ausência de saneamento básico, de infra-estrutura, etc. “Expressão mais visível da pobreza, os bairros de habitação degradada e as famílias que neles residem marcam bem os contrastes, as assimetrias no seio da própria capital do país e sua área metropolitana; revelam bem o profundo desequilíbrio na repartição dos frutos do crescimento econômico verificado, revelam bem que a pobreza em Lisboa decorre do ‘modo de ser’ do modelo seguido por esse crescimento” (Cardoso, 1993, p. 64).

Em uma entrevista, Marizete, angolana-portuguesa que vive há alguns anos em Lisboa e que habita o bairro da Quinta Grande, um *bairro de lata*⁶, comenta:

... eles [africanos] mal chegam cá ganham um rótulo: o bairro degradado.

Esse depoimento simboliza a ausência do Estado no que diz respeito à assistên-

cia aos luso-africanos presentes no país que, marginalizados pela sociedade portuguesa, acabam constituindo tais bairros que são marcados pela discriminação, pelo racismo, pelo abandono da sociedade lusitana que, muitas vezes, dispensa algum auxílio aos imigrantes que batem “à sua porta”, com a intenção de que, uma vez atendidos, regressem à sua terra natal; afinal, não pertencem a esta nação.

AFRICANOS E LUSO-AFRICANOS: VIVÊNCIAS E REPRESENTAÇÕES

As periferias das grandes cidades europeias configuram-se pelos chamados bairros pobres e degradados, *locus* de uma profunda experiência de alteridade que expõe a natureza das relações sociais. Tal experiência, mais que olhar a pobreza como um problema social, exige que se busque compreender a maneira de pensar e tratar esse “outro” que, habitando os bairros pobres e precários, é um imigrante que tem impresso no corpo e na forma de ser, uma outra marca - a da cor e de tudo que vem com ela.

No caso português, em particular na cidade de Lisboa, a população dos *bairros de lata* ou *aldeias africanas* é composta por negros imigrantes, seus filhos e netos; os primeiros emigrados dos PALOP - Cabo Verde, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Angola; os segundos, muitos dos quais de nacionalidade portuguesa ou nascidos em Portugal, distinguem-se dos primeiros pela expressão “luso-africanos”, ou seja, africanos e portugueses a um só tempo.

É na vivência múltipla e híbrida de suas experiências que Lisboa se transforma em espaço de tráfegos culturais, uma cidade africana por excelência. A cidade permite assim, uma visibilidade para os luso-africanos e ao mesmo tempo, impede que a categoria genérica de “negro” que o outro - branco e português - lhe imputa “resulte na diluição das influências que resultam das experiências sociais de seus pais e avós enquanto expressão de cabo-verdianos, são-tomenses, moçambicanos, angolanos e outros” (Martins, 1997, p. 11).

Ainda assim, no discurso político e na

agenda política de Portugal, são todos "imigrantes". No senso comum e na prática cotidiana são "negros" e "africanos". "São eles da África e é para lá que devem ir" diz o senhor português de nível universitário e de forte desejo de afirmação de sua condição européia. E continua: "os negros? Ah! São trabalhadores, são poucos, trabalham e vão embora". Sua fala expressa uma vontade mais geral, de que sejam sujeitos em trânsito que aqui estão de passagem.

O desafio é que, chegados em Portugal, esses imigrantes descobrem a impossibilidade do retorno ou de seguir para outros países europeus, agora fechados para a imigração. Assim, tornam-se permanentes até mesmo quando clandestinos e buscam aqueles que ficaram na África: família, filhos e outros parentes com os quais dão continuidade à vida, longe de seus lugares de origem. Muitos esquecem o que lá deixaram e constituem novas famílias e têm outros filhos, filhos das terras portuguesas que tais como os demais, serão vistos, pelos portugueses nacionais, como africanos. Por sua vez, serão vistos pelo Estado e pelo governo como imigrantes. Fecha-se o círculo que independente dos fatos concretos faz com que avós, tios, pais e filhos, nascidos em lugares diferentes e com origens diversas, tornem-se todos "imigrantes" e, se negros, sejam genericamente chamados de "africanos".

A categoria "africano" é usada como referência para o imigrante negro e para seus filhos, de forma a estigmatizá-los diante do senso comum e do cotidiano de suas vivências, fazendo deles "estrangeiros", e acaba por desencadear, em concomitância, uma outra face: aquela que permite aos jovens de segunda geração recuperar o patrimônio cultural de seus ascendentes, de modo a dizer de si, de uma africanidade possível que lhes restitui um lugar e uma identidade que a condição imigrante/pobre/negro lhes nega no interior da sociedade branca portuguesa.

No seu modo de ser, agir e viver, os jovens demarcam espaços e fazem conquistas que seus pais e avós não conseguiram. Mediadores da realidade familiar e grupal com o universo português, tornam-se alvo de admiração do próprio português que os renega. É assim, diz Marc Augé, que "os

imigrantes provocam nas pessoas instaladas, uma inquietação forte (e freqüentemente abstrata) provavelmente, e em primeiro lugar, porque lhes demonstram a relatividade das certezas inscritas no solo: é o imigrante que, na personagem do imigrado os inquieta e fascina ao mesmo tempo" (1994, p.123).

É parte desse jogo de relações e de poder diferenciado dos sujeitos, o fato de que Portugal hoje, particularmente Lisboa, vivencia uma explosão de africanidade expressa pela presença de discotecas africanas e restaurantes de comidas típicas - *cachupa*, *calulu* e outras. É o exótico que fascina, mas não só. O Dia de Portugal - 10 de junho - data oficial comemorativa do mundo português é, hoje, Dia de Camões e das Comunidades Portuguesas, comemorado com espetáculos angolanos, cabo-verdianos, timorenses e outros. Famílias inteiras se deslocam para participar desses eventos, o que faz uma estudante portuguesa afirmar que "em Portugal agora, a África é moda". Se a África é moda, o racismo e a xenofobia também. Notícias de violência e morte de jovens e trabalhadores negros são uma constante e crescem a cada dia. Distúrbios entre jovens negros e populações locais em bairros e escolas são permanentes, e é nesse embate, no campo dessa tensão que os luso-africanos constroem sua visão de mundo e uma forma de ser português-africano e negro num espaço europeu e numa ordem social globalizada.

É aqui que muitas falas de imigrantes, tais como as de Marizete, revelam que:

(...) o meio que a pessoa está também influencia bastante. (...) E eu posso dizer que há algumas coisas em mim que mudou, não tudo, mas algumas coisas...

Diz ainda:

Sou aquilo e muito mais e mais outra coisa, porque eu convivo com pessoas, moro em casa africana eh... eu convivo com pessoas das 9 da manhã até às 8 horas da noite, porque fico na escola até às 9 com pessoas portuguesas, com uma maneira de estar...

*(...)
Então eu continuo a ser uma africana-portuguesa.*

P: Africana-portuguesa?

R: Africana-portuguesa porque assim... quando eu estiver com meus irmãos e com

minha avó... eles vão notar uma grande diferença em mim...

A diferença está posta para os africanos mas também para seus filhos, os luso-africanos, nas mais diversas situações que vivenciam. Um imigrante guineense ao refletir sobre a condição comum de brasileiros e africanos como marcados pela colonização de um povo europeu, branco, cristão, reage dizendo:

É, somos todos colonizados, mas na rua você (entrevistadora branca) passa por portuguesa enquanto eu sou destrutado.

O que sua fala revela é que "os grandes problemas que acontecem com o imigrante (xenofobia) se dão quando este pertence a outra raça, quando o imigrante é de outra cor, mediando um reconhecimento imediato. E também, quando o imigrante é claramente pobre" (Hobsbawn, 1996, p. 12). A questão central da imigração africana dos PALOP para Portugal é que, se esses imigrantes são alvo de atitudes racistas e xenofóbicas, pois que facilmente reconhecidos em sua condição de imigrantes, pobres e negros, não é diferente para seus filhos, os de segunda geração. É nessa condição que, indistintamente, imigrantes ou não, vivenciam a experiência da imigração em tempos de diluição de fronteiras.

Como diz Marc Augé, antes distante e agora perto, o outro, antes "colonial", tornou-se "subdesenvolvido". Ou seja, "o que está em questão não é a Europa", como também não é Portugal e, portanto, a nação, mas é "a contemporaneidade enquanto tal em seus aspectos mais agressivos ou mais perturbantes" (1994, p. 19). Pode-se dizer: aspectos esses representados pela competitividade no espaço, no trabalho, na vida e nessa luta, a imensa pobreza, como realidade e como ameaça para todos.

O resultado desses fatos é, segundo Hobsbawn, "a auto-segregação, a guetização das diversas minorias étnicas, que vivem cada qual para seu lado e que, em um sentido, lutam cada uma contra a outra, apesar de terem o mesmo tipo de situação *vis-a-vis* com a ordem governamental e a administração" (1996, p. 14).

É aqui que a questão da presença africana em Portugal não implica apenas, em polaridade português *versus* africano, mas



Foto: Neusa M.M. de Gusmão

Festa no Bairro Quinta Grande

também africano *versus* africano. Antes de ser africano, se é guineense, cabo-verdiano, angolano, são-tomense e moçambicano, isso só para referirmo-nos ao conjunto dos países africanos: Zaire, Goa, Macau e muitos outros – da África do Norte à África Austral, acrescidos de indianos, japoneses, árabes, ciganos, etc. Por sua vez, não se é apenas daquele ou deste local: há dentro dos países, em particular, os africanos, grupos étnicos referidos a grupos tribais, como é o caso da Guiné – os *balantas*, os *fulas*, etc. - e, assim, complexifica-se a diversidade e entram em jogo as possibilidades de relações entre eles tanto na luta pela sobrevivência, como politicamente diante da nação hospedeira, indo tais relações da cooperação e solidariedade à indiferença e intolerância.

A ocupação do espaço passa, então, a definir bairros negros como “Aldeias da África” e não apenas porque formados por imigrantes negros e africanos, mas porque também no seu interior demarcam-se territórios e territorialidades. Constitui-se, assim, um campo de relações permanentemente tensionadas e em conflito. Quem é, portanto, na contemporaneidade, o outro? Quais as razões que movem as relações entre o eu e o outro – o outro branco

ou negro, português ou africano?

O novo, diz Marc Augé, não é o mundo não ter sentido, é ter que buscar nossa identidade, não por sua gênese ou raiz, mas à luz do que já não somos. O que não é mais ser português ou africano, mas o que o ser português, o ser africano deste ou daquele lugar, vivendo determinadas experiências de vida, ajuda a compreender.

O caso do menino Adam Smith permite ilustrar tal processo quando ele diz:

Me chamo Adam Smith porque nasci na Inglaterra. Minha mãe é inglesa e meu pai, cabo-verdiano. Eu vivo em Portugal. Diante da pergunta: e você se sente o quê? responde sem titubear: sou cabo-verdiano.

Estar na sociedade portuguesa não é ser daqui e ele sabe disso: é, portanto, cabo-verdiano por ascendência e opção.

Desse e de outros paradoxos, de contínuos processos de desterritorialização e reterritorialização, emerge a concepção identitária individual e de grupo e frente a ela organiza-se a percepção de mundo. Torna-se, pois, possível pensar a unidade do espaço terrestre em que grandes redes multinacionais ou transnacionais, de uma contemporaneidade sem fronteiras, constroem outras fronteiras entre países – a U.E., por exemplo, mas também repõem

em movimento a particularidade, a diferença, o próprio. É assim que os luso-africanos são a ponte entre a comunidade minoritária de que fazem parte e a sociedade envolvente e também são a expressão complexa dessa realidade. Crianças e jovens, a chamada segunda geração de imigrantes, são a matéria prima do mais novo processo social. Sobre eles, a Europa, nomeadamente U.E., deita seu olhar para criar uma expectativa de futuro.

No presente da realidade europeia e também portuguesa, é a escola que busca dar conta das diferenças para colocar sob controle uma população cujo destino não se pode prever, mas também não se pode ignorar: “a África existe dentro de Portugal”.

A experiência escolar de Marizete está contida em sua fala. Diz ela:

Quando entrei pela primeira vez na minha sala 13 não tive alegria, aquelas pessoas eram estranhas e sentia-me estranha. Tive muitas dificuldades principalmente ao nível do português...

A questão da língua é realmente um problema que acompanha muitos alunos nas escolas e que resulta, em muitos casos, no insucesso escolar. Infelizmente não há uma proposta de ensino que contemple a aprendizagem do português, do crioulo e do calão, línguas muito utilizadas nos bairros de lata. Os jovens, mesmo quando nascidos em Portugal, sem contato direto com o país de origem de seus pais e avós, aprendem em casa e com os amigos a falar essas outras línguas, que não são reconhecidas em Portugal, o que dificulta o acesso dessas pessoas ao mercado de trabalho, uma vez que é exigido o uso correto da língua portuguesa.

“A escolarização com falhanço”, como dizem os portugueses, e, portanto, com marcas de insucesso escolar e exclusão, gera outros conflitos expressos também no mundo do trabalho.

A questão nada simples está posta pela imensa pobreza da população imigrante e com ela, a valorização negativa e crescente de um componente singular: a cor dos imigrantes e de seus filhos. Particularmen-

te, a presença de imigrantes dos PALOP em Portugal mostra que “os imigrantes têm um estigma importante ante à população assentada [...]: são diferentes, são pobres e ademais, a pobreza se lhes nota”, o que os converte, segundo d’Argemir (1990, p.115), potencialmente em perigo para os outros. Perigo maior ainda quando a pobreza chega junto com a cor negra da pele e tudo o que ela significa. Diante dos fatos, o que a infância e a juventude luso-africanas contam de si mesmas?

INFÂNCIA E JUVENTUDE LUSO-AFRICANAS

Nos bairros degradados ou nas “Aldeias da África”, os jovens constituem mais da metade da população residente. Empurrados desde muito cedo para o mundo do trabalho e, ao mesmo tempo, dele alijados pela baixa qualificação, abandonam também a escola e assim se vêem em meio a problemas de integração social (Cardoso, 1993). Crianças e jovens vivem, então, um permanente desafio que lhes marca a infância e a adolescência, passando a lhes exigir a busca de alternativas de expressão e de vida que digam de si e da condição de sujeitos sociais “como um grupo social ativo e culturalmente visível” (Martins, 1997, p.4). O bairro torna-se assim o lugar onde criam e recriam costumes, hábitos e cultura de clara africanidade, de forte distinção e afirmação de si mesmos.

Desse modo, a percepção de mundo entre essas crianças e jovens de ascendência africana, mesmo que nascidos em Portugal, entremeia-se de contradições e conflitos na medida em que são eles que vivenciam relações nas quais o “outro” pode ser negro ou branco, africano ou português e ainda, angolano, cabo-verdiano, são-tomense, etc. Complexifica-se o espaço da diversidade social em razão da luta pela sobrevivência e frente à posição política do país de acolhimento. O fato aponta para a questão das diferenças entre grupos nacionais nos quais as diferenças tribais reaparecem na competição pelo espaço no mercado de trabalho, dividindo grupos, dividindo bairros e originando lutas violentas também entre negros. Um jovem luso-africano de origem cabo-verdiana afirma: “racismo há, mas difícil, duro e

violento, são os racismos de outros africanos”.

Um racismo que se coloca também entre bairros que não se dão e aí “há muitos conflitos e é racismo igual ao dos brancos”. Desentender-se com pessoas de outro “sítio” que não o seu pode significar um perigo de morte. “Um amigo foi esfaqueado e está no hospital”; isto aconteceu logo depois de ter se desentendido com um rapaz de outro “sítio” (outro bairro). Mas há casos de “sítios” em que todos se dão bem, mesmo os brancos e os negros de diversas origens.

Um exemplo é o branco português que migra do rural para o urbano e que também habita o “bairro africano”. Seus filhos crescem com admiração e com estreito relacionamento com os negros, tornando comum hoje o namoro com os “pulas” (branco português). A miscigenação entre os de segunda geração é um fato e o aprender das práticas culturais do outro também.

Uma família - a avó, a mãe, a neta e a sobrinha (todas portuguesas e brancas) moradoras de um bairro de realojamento de imigrantes⁷, reúne-se a um grupo de crianças e jovens que dançam *kunduro*. A neta começa a dançar com o grupo e a avó conta orgulhosa que ela sabe todas as danças africanas. Incentivada pela avó e pela mãe, a criança mostra também que sabe falar crioulo. No mesmo momento, Sofia, uma criança negra de seus 4 ou 5 anos, lança-se aos braços da avó portuguesa, sua mãe de criação. Diante da cena, uma senhora cabo-verdiana, diz: “essa família são os brancos mais pretos que conheço!” Não está em questão apenas a face biológica entre brancos e negros mas, antes de mais nada, sincrética revela-se a cultura dos que estão próximos também pela vizinhança.

Com isso, a existência composta, híbrida e complexa expressa pela condição luso-africana, representada pelos de segunda geração, traz para o social processos que supõem a herança africana/crioula de seus pais por meio da influência da família e da vizinhança e, ao mesmo tempo, considera as ofertas da cultura portuguesa sem perder de vista a realidade maior de uma cultura internacionalizada. No campo dessa tensão permanente, mais do que serem submissos e aniquilados, criam um modo de ser, sentir e viver híbrido de realidades. O

forte sentimento de localidade faz do bairro a referência maior que conduz crianças e jovens a se definirem por suas origens como angolanos, cabo-verdianos, são-tomenses, moçambicanos, guineenses, assumindo como suas as culturas das quais só podem saber através de seus iguais, os imigrantes desterritorializados da África e de Portugal.

A segunda geração compreende então que não é “portuguesa” ou que não é reconhecida como tal, mas sabe que também não é o que a sociedade branca portuguesa lhe imputa: a condição de marginal. Reage então, dizendo: “não somos o que parecemos, somos portugueses de origem africana e negra”; a reação causa desconforto na ordem instituída e também nos que se recusam a admitir os fatos.

Exemplar é o caso da menina negra que vai ao dentista em sua escola e, ao preencher-lhe a ficha, o dentista lhe pergunta de onde ela é. A criança então responde: “de Portugal, sou portuguesa”. O dentista leva alguns minutos insistindo para que diga “de onde”, “de onde” numa esperança de ouvir outra referência, ao que irrita-se a professora portuguesa que a tudo assistia. Esta diz, impaciente: “se ela diz que é portuguesa, é porque é!”.

Ser português e negro é, portanto, um desafio que implica em ser e não ser de um lugar que não lhe vê como tal. Entender esse mundo que os torna sem lugar e sem identidade é então uma luta cotidiana que depende dos sujeitos em presença. No intervalo de um dia, o luso-africano pode ser estrangeiro, africano, negro, português e ainda, cabo-verdiano da Praia, da Ilha do Fogo; angolano, guineense, balanta ou fula, etc.; trazendo para si e para sua interioridade tudo que está contido na história e trajetória familiar. É assim que no bairro se diz cabo-verdiano e na escola, português.

Na roda de crianças do Apoio Escolar⁸, na Escola EB66 da Charneca do Lumiar, em Lisboa, crianças luso-africanas provenientes de três bairros africanos – Quinta Grande, Quinta do Louro e Quinta da Pailepa – em maioria se dizem angolanos, algumas, cabo-verdianas, uma ou duas, são-tomenses. No entanto, apenas algumas possuem Angola, Cabo Verde ou São Tomé e Príncipe como lugar de ori-

gem, de onde migraram em companhia dos pais e parentes. Indistintamente, porém, definem-se como tal. Isso não as impede de fazer constantes elogios ao céu azul de Angola, às nuvens brancas e ao imenso sol claro e brilhante de suas respectivas terras "natais". Nas lembranças reais e imaginadas, constantemente o calor, a claridade, contrapõem-se ao escuro e frio das terras portuguesas onde "tudo é cinzento e a toda hora chove". É assim que a criança vê e sente Portugal.

O menino angolano recém-imigrado, bonito e vivaz, desenha os jardins de Portugal: em seu desenho, não há sol, só nuvens. Outra criança desenha nuvens azuis em um céu branco, um sol que ostenta um sorriso alegre, montanhas, uma casa colorida com árvores e flores; num pequeno texto, escreve: "minha casa em Cabo Verde. Em Cabo Verde, tudo é azul. Gosto de lá, porque lá tenho amigos e um cão". Outra diz, enfaticamente: "minha ilha é linda! Toda azul!", referindo-se a São Tomé e Príncipe.

Por que gostam tanto desses países? "Porque lá estão os parentes", diz um deles. Outro confirma: "Porque lá está o avô". Vivo ou morto, não se sabe, o que importa é que sempre lá distante está um ancestral importante que diz dela, criança, diz de seu pertencimento a um grupo de parentes.

Ao mais distraído dos ouvintes, o que estas crianças falam e sinceramente acreditam decorre do que viveram antes de migrar, mas ao se buscar conhecer suas histórias descobre-se que muitas delas nunca sequer estiveram em Angola, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe. O que falam resulta do que ouvem dos relatos dos mais velhos – pais, avós, tios, os verdadeiros imigrantes – em seus momentos de saudade, nas festas e rituais do bairro e no convívio familiar.

De onde são ou vieram, mesmo que não seja esse um fato, têm por referência as terras africanas onde irmãos, tios, avós e, por vezes, um dos pais ainda estão. Nem sempre se conhece os parentes dos quais se fala, nem sempre se conhece os irmãos das terras africanas, pois, em Portugal, há padrasto, madrasta, outros irmãos e primos, com os quais vivem e habitam. Cada casa comporta um número grande de moradores entre pais, irmãos, tios, avós ou outros

parentes, inclusive os "parentes por adoção". As casas são então, moradias coletivas, de diferentes sujeitos, muitos dos quais estão aí de passagem. São também um espaço familiar que muitas vezes comporta uma família constituída em Portugal.

Uma menina portuguesa-angolana diz ter uma família que não conhece: "ficaram em Angola". Assim, de seu irmão e das duas irmãs diz não saber se são iguais a ela, se têm a sua cor ou se são de outra raça.

Os portugueses vêem o fato da existência de uma família em Portugal e outra no país de origem como parte da desorganização familiar causada pela imigração e pela pobreza, mesmo quando reconhecem que para alguns grupos, já na África, era comum a existência de mais de uma família. Na África, as mulheres de um mesmo homem partilhavam os cuidados com as crianças, seus filhos ou não, sem descontentamentos, embora entre elas houvesse uma hierarquia. Na impossibilidade da reprodução do modelo em terras portuguesas, é a estrutura de vizinhança que garante às mulheres, independente de parentesco ou do grupo familiar, o cuidado com as crianças. Por vezes, os pais estão ausentes, fora de Portugal, uma amiga fica com os filhos da outra, ampliando assim o número de moradores de sua própria casa. As crianças circulam entre as casas do bairro, são cuidadas, comem, dormem, etc. Ainda que esse seja um hábito comum entre africanos, nos bairros de lata, cada vez mais, torna-se um hábito entre os portugueses pobres que migram do rural e que habitam tais bairros. Estes também incorporam a criança negra ao conjunto familiar, tal como fazem seus vizinhos negros com suas próprias crianças. De igual modo, crianças brancas e negras comem *calulu*, peixe e *cachupa*, sem estranhamento quanto ao lugar de referência desses pratos. Assim, entende-se quando a criança luso-africana de origem angolana afirma que só quando está junto com os imigrantes não se sente isolada. O que está em questão é o bairro e seus moradores, não importa se negros, brancos, africanos ou portugueses. No território do bairro, têm seu lugar possível por uma condição africana, nacional ou tribal, que vem dos pais e parentes, da vizinhança.

No interior dos bairros têm-se rituais os mais diversos, religiosos ou não, que envolvem muitas festas, com músicas típicas, comidas das terras distantes, dos pais ou dos mais velhos. Ainda que nestes contextos não haja, necessariamente, intencionalidade de transmitir a tradição e a cultura, a simples participação naturaliza as práticas sociais e as valoriza de modo a gerar uma identificação na segunda geração nascida em Portugal, com os modos de seus pais e avós, com as terras africanas.

As crianças do Apoio Escolar demonstram que as falas intensas, constantes e em som alto, assim como o corpo em permanente movimento, são instrumentos e forma de expressão de seus sentimentos e emoções que dimensionam a língua e as muitas linguagens de seu mundo. O contato físico, a musicalidade e também as violências nas brincadeiras e disputas revelam seu mundo de infância como marcado pela liberdade e pela insubmissão, ainda que repleto de afetividade e carinho, cuja expressão nem sempre controlam. O fato os obriga a constantemente pedirem desculpas uns aos outros, a se abraçarem para logo em seguida atacarem-se em brigas. Correr no espaço e literalmente "trombarem-se" uns com os outros mostram o desafio para o professor em sala de aula e a escola revela-se como não preparada para atender essa população.

Para muitos, trata-se do fato de que elas são educadas de modo diferente e que muitas vezes os professores não sabem lidar com isso: pensam que é indisciplina, mas não é. "Veja", diz uma imigrante cabo-verdiana, "em Cabo Verde é comum duas pessoas encontrarem-se na rua e porem-se a cantar e depois se abraçarem às gargalhadas. "Aqui", diz ela, "é a cultura do não". É preciso educar, mas assim é muito duro! Não tem essa coisa afetiva, corporal."

Um dado significativo entre as crianças do Apoio Escolar é que muitas delas possuem dois nomes, um nome "de casa" e outro de Portugal. Um exemplo é Jéssica que em casa é Naiola e que deu trabalho à professora, pois ora assinava seus trabalhos com um nome, ora com outro. A professora precisou aprender. O nome de Portugal não é necessariamente em portugu-

ês, como o caso do menino Adam Smith, um inglês-cabo-verdiano ou de Greta Garbo, uma portuguesa-angolana. O nome de casa nem sempre é africano, é de casa porque pela tradição é recebido dos mais velhos – avó/avô ou de um parente importante. Geralmente trata-se do nome de algum parente não vivo.

Não é apenas em relação ao nome que a criança e o jovem operam com dois registros. O crioulo e calão são as línguas de uso corrente no próprio grupo ou turmas que se formam nos bairros e se tornam uma linguagem¹⁰ identificadora de cada grupo jovem, estabelecendo costumes, hábitos e gostos, comuns. A forma de se vestir e de se comportar por meio de expressões musicais como o *rap*, de inspiração negro-americana, em espaços de lazer e outros, definem e marcam seus referenciais identitários pelo uso do corpo e de linguagens visuais e verbais característicos. No cotidiano, quando em referência ao mundo de fora da família e do bairro, esforçam-se por falar português, tendem a se comportar de modo a se aproximar ao que

sabem que é esperado socialmente. No âmbito da casa é uma outra história que, como disse um menino, um branco e europeu não pode compreender. Para tanto, seria necessário pensar a África, pensar as terras e as muitas culturas africanas dos ancestrais, mas seria necessário também, pensar o mundo contemporâneo que lhes chega pela TV com os seriados americanos, as novelas brasileiras, as músicas – como o *rap*, o *funk*, o *reggae* e outras. Seria preciso pensar os ideais de consumo das “tribos jovens” que estão presentes nas roupas de etiqueta, nos tênis de marca e nos bonés dos times americanos. Assim, compreende-se que o jovem luso-africano de segunda geração constrói sua vida por aproximações e distâncias do mundo de seus pais e avós; porém, nunca se afasta inteiramente dele, pois aí estabelece sua distinção em relação ao mundo português xenofóbico e racista, a fim de enfrentá-lo para dizer de sua diferença e de sua semelhança.

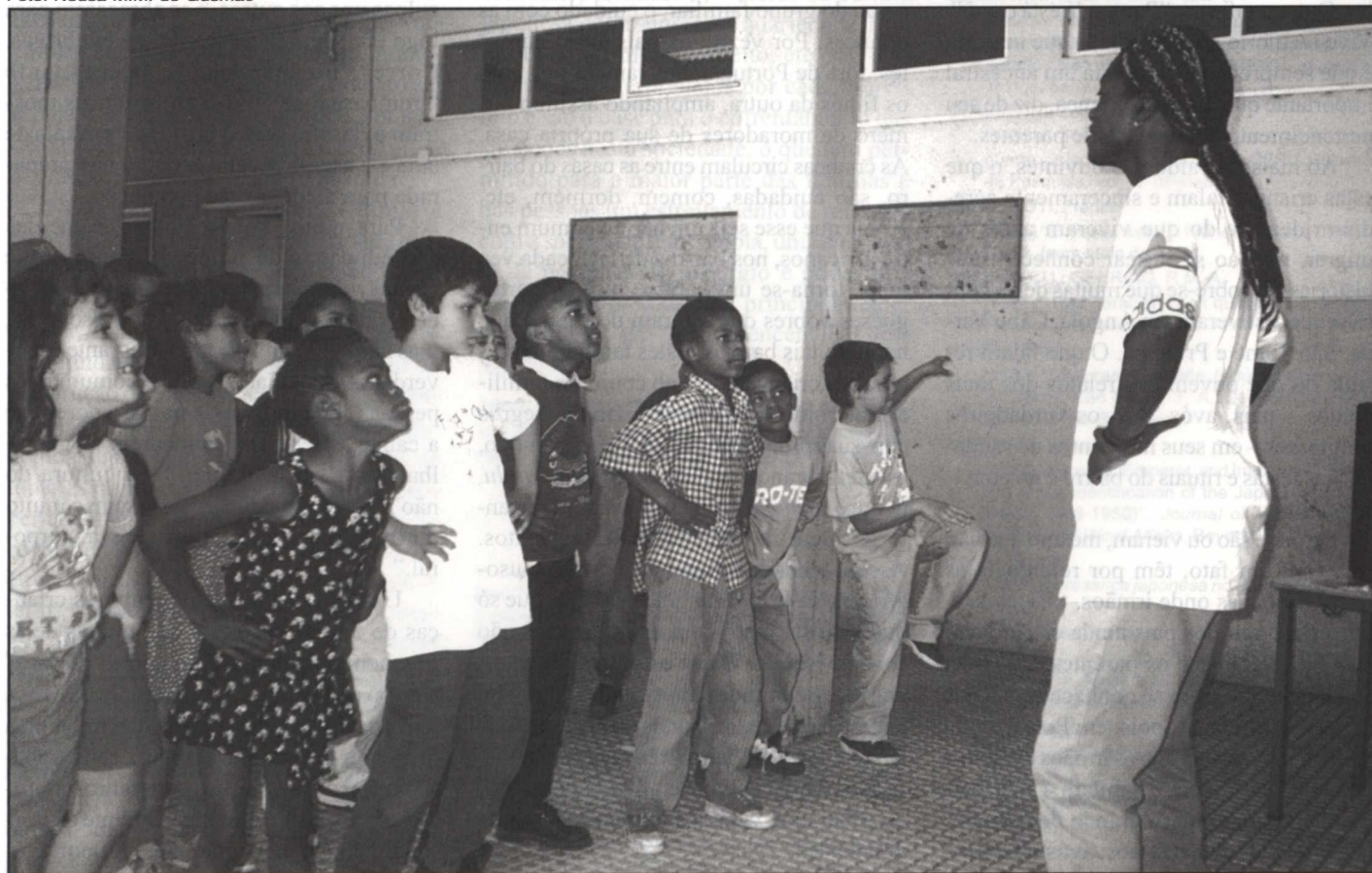
Como diz Martins, citando Giroy, a cultura dos jovens experimenta os dilemas

culturais postos pela condição de origens dos pais, mas transita como experiência única e diferente das gerações anteriores. A juventude, o ser jovem resulta então, da “tensão dialética entre raízes culturais e seus novos caminhos culturais”. Para Martins, é assim que o jovem negro de origem africana celebra sua especificidade e alteridade. Constrói sua pertença grupal e uma linguagem ao mesmo tempo portuguesa, africanizada, acrioulada e americanizada (1997, p.23 e 25).

No entanto, segundo o mesmo autor, é preciso ver que não se pode falar de uma cultura juvenil negra luso-africana, posto que é diversa e múltipla para cada “bairro africano”. Mais inclusiva, mais fechada ou mais aberta, mas sempre demarcada pela etnicidade de seus sujeitos e pela posição que ocupam numa sociedade branca, cristã e europeia, com processos de integração-exclusão permanentes, as culturas dos jovens luso-africanos revelam-se em especificidades e complexidades dinâmicas e multifacetadas. A cultura própria da segunda geração de imigrantes se faz por

Foto: Neusa M.M. de Gusmão

Escola Primária EB-66



fluxos e refluxos, por avanços e recuos que permitem pensá-la como um verdadeiro símbolo da sociedade globalizada em que vivemos.

A cultura ou culturas de jovens africanos de segunda geração permitem ainda pensar que as raízes culturais de que são portadores descongelam-se na experiência de suas vidas, compondo e recompondo seus elementos de modo a afirmar o *gueto* ou então, negá-lo como meio de superação da segregação social e política que lhe é imposta pela sociedade de acolhimento. Abrem-se assim outros círculos de convivibilidade e sociabilidade, impondo sua presença e exigindo o reconhecimento da diferença como direito que dê aos jovens a condição de serem o que são, "não o que parecem ser"; que lhes dê a condição de não serem desiguais ou menos.

É aqui que o português comum reage com violência, discriminando e praticando racismos de toda ordem. É aqui que o Estado-Nação responde com leis restritivas e alijadoras de direitos. Neste contexto, crianças e jovens inscrevem suas histórias particulares revelando a história mais geral do povo negro e imigrante.

Vemos com isso, como o contato entre essas diferentes pessoas, que têm origens distintas, acaba confluindo para um ser que já não é nem só português nem só africano, mas as duas coisas juntas; pois possui uma identidade composta por maneiras, por costumes, pela cultura desses dois mundos – África e Portugal – e que, no caso dos luso-africanos, soma-se a influência dos negros norte-americanos.

No espaço desterritorializado da sociedade branca, a segunda geração afirma-se como portuguesa e contra-afirma a sua identidade negra, como meio de conquistar um lugar onde sua diferença como direito seja reconhecida. É em meio a esse contexto que, apesar das barreiras que se erguem, a perspectiva de regressar definitivamente para a África não se coloca. Voltar é pensado como ir a passeio ou de férias, nunca para ficar.

Passar férias e quem sabe trabalhar, não para ficar definitivamente porque eu me sinto um pouco aqui também...

A naturalização da transitoriedade que marca a vida de muitos imigrantes luso-

africanos (ou talvez de muitos imigrantes em geral), que migram levados, em última instância, pela busca de uma melhor condição de vida, reflete a aprendizagem do que é ser imigrante, do que é ser luso-africano, numa trajetória marcada pela mobilidade em diferentes cenários, com seus personagens e histórias:

...as pessoas aí quando dizem 'preto vai para sua terra', acho mal... mas qual a minha terra... hoje estou aqui em Portugal, mas amanhã estou em França, na Holanda... a minha terra é onde estou. (...) A terra é de quem está aqui...

* *Neusa Maria Mendes de Gusmão é doutora em Antropologia Social e professora na FE/Unicamp.*

** *Herbert Rodrigues é graduando de Ciências Sociais (FFLCH/USP) e bolsista de Iniciação Científica (CNPq).*

*** *Idenilza Moreira de Miranda é graduanda de Ciências Sociais (FFLCH/USP) e bolsista de Iniciação Científica (CNPq).*

NOTAS

1. O presente artigo é resultado da pesquisa *Famílias Luso-Africanas em Portugal*, coordenado pela Profa. Dra. Neusa Maria Mendes de Gusmão junto ao NAP/CERU/USP como sub-projeto do Projeto Integrado *Portugueses em São Paulo, Africanos em Portugal: representações e vivências familiares (século XX)* com o apoio do CNPq.
2. No original: "Here is not merely a nation but a teeming Nation of nations", citado por MORBA, Mabel. In: *O negro na vida americana*. Rio de Janeiro, Record Editora, 1969, p.11.
3. A União Européia – constitui-se como parte da unificação de países europeus no interior de um bloco econômico, social e político que a partir de 1992 substituiu a Comunidade Econômica Européia – CEE – e a Comunidade Européia – CE.
4. PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, composto por Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.
5. José Leitão, jurista e deputado da Assembleia da República de Portugal em entrevista concedida à Prof.ª Dr.ª Maria Beatriz da Rocha-Trindade no audiograma "Políticas de imigração e emigração" do curso Sociologia das Migrações - Universidade Aberta - Lisboa.
6. Bairro de Lata é a designação que se dá para áreas de moradia sem infra-estrutura e com casas de papelão e lata, geralmente construídas em áreas de ocupação, tais como as favelas brasileiras. Seus ocupantes são os migrantes pobres das áreas rurais portuguesas e imigrantes de várias nacionalidades, em maioria africanos; por essa razão são também chamados de Bairros Africanos ou Aldeias Africanas.
7. Bairro de realojamento também chamado de Zona de Habitação Social (HS) constitui-se como área de moradia construída pelo governo, destinada a

realojar as populações dos bairros de lata. Distantes do centro urbano de Lisboa, constituem-se como bairros populares que também carregam a marca de ser "lugar de pobres e de imigrantes" ou ainda, "zonas de pessoas pouco civilizadas".

8. O Apoio Escolar é um espaço de atividades diversas que visam o reforço da aprendizagem, a promoção da auto-estima e valorização pessoal das crianças luso-africanas frente à diversidade cultural dos bairros com população de origem africana. O ISU – Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitária, uma ONG de universitários, é o responsável e a Escola Primária EB66 cede o espaço para que as atividades sejam desenvolvidas com alunos do curso regular.

9. Parentesco por adoção ou parentes fictícios resultam da presença no grupo familiar de pessoas, quase sempre em condição clandestina, que participam ativamente da vida familiar e que passam a ter uma espécie de estatuto familiar "adquirido" como parte de relações estruturais de entrelaçado da "família alargada" (Martins, 1997, p. 60).

10. Para Geraldo Mello Mourão, a diferença entre língua e linguagem é o fato de que esta "é a forma pessoal, íntima que veio do fundo do coração, das raízes, dos afetos, da pessoa". A língua, diz ele, pode ser de todos, comum, a linguagem não (1996, p.50). Por esta razão, o crioulo usado pelos jovens também não é um só: fala-se crioulo cabo-verdiano, angolano, guineense, etc.

BIBLIOGRAFIA

- AUGÉ, Marc
(1994) *Não-lugares. Introdução a uma antropologia da sobremodernidade*. Lisboa, Bertrand Editora Ltda.
- CARDOSO, Ana
(1993) *A outra face da cidade – Pobreza em bairros degradados de Lisboa*. Câmara Municipal de Lisboa.
- D'ARGEMIR, Dolores C. et Alii
(1990) "Emigración; etnicidad y redes de parentesco en un barrio de Tarragona". In: CUCÓ, Josepha y PUJADAS, Joan J. (coords.). *Identidades Colectivas, Etnicidad y Sociabilidad en la Península Ibérica*. Generalitat Valenciana, Valência, pp. 107-124.
- HOBSBAWN, Eric
(1996) "Eric Hobsbawn y el conflicto étnico hacia el fim de milenio". Entrevista à Fernando Errandonea. In: *Cadernos del CLAEH – Revista Uruguaya de Ciencias Sociales*, n.º 75, 2.ª série, ano 20
- MACHADO, Luís Fernando
(1994) Luso-africanos em Portugal: nas margens da etnicidade. In: *Sociologia - Problemas e Práticas*. Lisboa: ISCTE, nº 16.
- MARTINS, Humberto Miguel dos Santos
(1997) *Ami Cunha Cumpadri Pitécu. Uma etnografia da linguagem e da cultura juvenil luso-africana em dois contextos suburbanos de Lisboa*. ISCTE – Universidade de Lisboa (tese de mestrado).

Outras fontes

* Audiogramas - Sociologia das Migrações - Universidade Aberta - Lisboa, produzido pela Profa. Dra. Maria Beatriz da Rocha-Trindade e Entrevistas com imigrantes africanos e luso-africanos realizadas pela coordenadora Neusa Maria M. Gusmão.